

Teoria e Prática da Ciência Política

Kelly Cristina Campones
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Kelly Cristina Campones

(Organizadora)

Teoria e Prática da Ciência Política

Atena Editora

2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T314 Teoria e prática da ciência política / Organizador Kelly Cristina Campones. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-023-0

DOI 10.22533/at.ed.230182812

1. Ciência política. I. Campones, Kelly Cristina. II. Título.

CDD 320.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra: “Teoria e Prática da Ciência Política” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora que, em seu I volume, apresenta, 19 capítulos os quais possibilitam compreender e contextualizar as teorias políticas, sociais e educacionais que corroboram com campos de estudo tais como: da história, da administração pública, do direito, dos estudos voltados a economia, da educação, entre outros.

Compreende-se que, ampliar os conhecimentos acerca das teorias e práticas políticas possibilita ao leitor ressignificar conceitos e/ou (pré) conceitos existentes e sobretudo, da compreensão da (re) estruturação social abordadas.

Ressalta-se ainda, que o estudo dos autores apontados nesta obra é condição “cinequanon”, diante de um cenário que, envolve toda a luta histórica existente e que, permanece ainda tão conflituosa. Desta forma, os estudos escritos possibilitam a compreensão do funcionamento bem como, da estrutura e organização do Estado e suas múltiplas possibilidades especificamente descritas e compreendidas neste e-book, a partir dos anos de 1981 a 2015.

Ademais, enquanto sujeitos históricos e atuantes da sociedade desenvolver pesquisas voltadas e essa temática preconiza possibilidade de uma atuação “diferenciada” sendo capaz de trazer reflexões críticas pautadas no desenvolvimento político, econômico e social.

Cabe aqui também, agradecer aos autores dos diversos capítulos, pelo esforço e dedicação que implicam subjetivamente um objeto de pesquisa e, que se propuseram a retratar de forma tão ética e cuidadosa os aspectos diversos que compõe a esfera política.

Diante disso, esperamos que este e-book possibilite a incursão e anseio de mais pesquisadores para a escrita de trabalhos que agreguem no campo da: Teoria e Prática a Ciência Política, assim como as que estão estabelecidas nesta obra.

Boa leitura!

Kelly Cristina Campones

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
EVANGÉLICOS E A DITADURA NO BRASIL: A FAMÍLIA EVANGÉLICA CONTRA O COMUNISMO	
João Luis Binde André Valente do Couto José Vinicius da Costa Filho Ivo Assunção Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2301828121	
CAPÍTULO 2	24
DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL NO PÓS-1985: TEM A ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA INFLUENCIADO NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS GAÚCHOS?	
Simone Piletti Viscarra	
DOI 10.22533/at.ed.2301828122	
CAPÍTULO 3	51
CONSTITUIÇÕES DO BRASIL REPÚBLICA: O TRABALHADOR COMO CIDADÃO DE DIREITO À SAÚDE	
Fernanda Cristina Foss De Zorzi Angela Quintanilha Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.2301828123	
CAPÍTULO 4	67
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 COMO JUSTIÇA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
Leilianne Francielle Silva, Luis Felipe Andrade Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.2301828124	
CAPÍTULO 5	76
DEMOCRACIA, BUROCRACIA E TECNOCRACIA: TENSÕES DO PROJETO MODERNO	
João Roberto Gorini Gamba	
DOI 10.22533/at.ed.2301828125	
CAPÍTULO 6	94
DEMOCRACIA E REBELDIA POPULAR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Mônica Dias Martins	
DOI 10.22533/at.ed.2301828126	
CAPÍTULO 7	108
EMPRESÁRIOS NA POLÍTICA BRASILEIRA: A RELAÇÃO ENTRE OS RECURSOS SOCIOECONÔMICOS DETIDOS E CARREIRA POLÍTICA DESEMPENHADA, 1990-2015	
Icaro Gabriel da Fonseca Engler	
DOI 10.22533/at.ed.2301828127	

CAPÍTULO 8	126
O BRASIL COMO POTÊNCIA REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL: UMA ANÁLISE DA LIDERANÇA BRASILEIRA DURANTE OS GOVERNOS LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF	
Patricia Nasser de Carvalho Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.2301828128	
CAPÍTULO 9	145
O PODER LEGISLATIVO E A REFORMA INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PROPOSTAS DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS	
Lisiane Granha Martins de Oliveira Lucilly Maria Caetano de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2301828129	
CAPÍTULO 10	172
HERANÇA IBÉRICA, <i>JEITINHO</i> E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS	
Leandro do Nascimento Rodrigues Martin Adamec Willian Washington Wives	
DOI 10.22533/at.ed.23018281210	
CAPÍTULO 11	193
MIGRAÇÕES PARTIDÁRIAS, FIDELIDADE E JANELA ELEITORAL: IMPACTO DAS DECISÕES JUDICIAIS NOS PARTIDOS POLÍTICOS	
Juliane Sant'Ana Bento Ana Paula de Almeida Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.23018281211	
CAPÍTULO 12	205
A (DES)ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DE POLÍTICAS SOCIAIS E DE SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DOS PROGRAMAS DE GESTÃO SOCIAL EM TERRITÓRIOS PACIFICADOS	
Daniel Ganem Misse	
DOI 10.22533/at.ed.23018281212	
CAPÍTULO 13	222
A ELITE JUDICIAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
José Vinicius da Costa Filho Ernani Rodrigues de Carvalho Neto João Luis Binde André Valente do Couto Thiago Augusto de Oliveira Marinho Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.23018281213	
CAPÍTULO 14	239
POLÍTICA PÚBLICA DE MÉTODOS CONSENSUAIS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO	
Celso Antônio Coelho Vaz	
DOI 10.22533/at.ed.23018281214	

CAPÍTULO 15	254
MODELOS DE ANÁLISE INSTITUCIONAL: ALTERNATIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA SE FAZER POLÍTICA COMPARADA.	
Rafael Câmara	
DOI 10.22533/at.ed.23018281215	
CAPÍTULO 16	269
A EDITORA VOZES, A IGREJA E O REGIME MILITAR NO BRASIL	
Egberto Pereira dos Reis	
Jorge dos Santos Gomes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.23018281216	
CAPÍTULO 17	288
A IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA	
Lucas Alberto Rosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.23018281217	
CAPÍTULO 18	302
CITIZEN COMMUNICATIVE ECOSYSTEM: CONFIGURATIONS OF THE CITIZENSHIPS OF THE GLOBAL SOUTH.	
Sandra Nieto Useche	
DOI 10.22533/at.ed.23018281218	
CAPÍTULO 19	321
CONFLUÊNCIAS E DISSONÂNCIAS ENTRE AS TEORIAS DA DEMOCRACIA DE SCHUMPETER E DAHL: ANÁLISE DAS CRÍTICAS E ALGUNS DE SEUS IMPACTOS	
Alison Ribeiro Centeno	
DOI 10.22533/at.ed.23018281219	
SOBRE A ORGANIZADORA	336

MODELOS DE ANÁLISE INSTITUCIONAL: ALTERNATIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA SE FAZER POLÍTICA COMPARADA.

Rafael Câmara

Pós-doutorando em Ciência Política pela UFMG.
Bolsista do INCT “Instituto da Democracia e da
Democratização da Comunicação”

RESUMO: O capítulo discute o desafio de se fazer política comparada dentro do contexto mais amplo do desafio da pesquisa em ciências humanas e sociais. São analisados os trabalhos recentes de cinco autores importantes que desenvolveram modelos de análise institucional nos últimos anos, numa tentativa de identificar os ganhos e perdas proporcionados por suas escolhas teóricas e metodológicas.

ABSTRACT: The chapter discusses the challenge of comparative politics within the broader context of human and social science research. I analyze the recent work of five leading authors who have developed models of institutional analysis in recent years. The goal is to identify the gains and losses provided by your theoretical and methodological choices.

PALAVRAS-CHAVE: Instituições Políticas – Política Comparada – Democracia.

1 | INTRODUÇÃO

Diante da alegada complexidade do seu objeto, da impossibilidade da realização de

experimentos e de eventuais dificuldades de se ter acesso e controle dos dados, os cientistas sociais muitas vezes se contentam em fazer algo próximo do que o padrão da ciência determina.

De fato, ter um objeto que pensa, adapta-se e eventualmente muda seu curso de ação em virtude da compreensão de nossas próprias teorias, não facilita a vida de nenhum pesquisador. Contudo, conforme ensinaram King, Keohane e Verba (1994), a complexidade pode tornar nossas inferências mais incertas, mas não deve torná-las menos científicas, ao contrário, toda a complexidade e as dificuldades que envolvem a pesquisa em ciências sociais devem servir de estímulo ao desenvolvimento teórico-metodológico da disciplina.

O presente capítulo se divide em duas partes. A primeira busca situar a discussão sobre o desafio de se fazer política comparada dentro do contexto mais amplo do desafio da pesquisa em ciências humanas e sociais. A segunda analisa o trabalho de cinco autores seminais que desenvolveram modelos de análise institucional nas últimas décadas e, tenta identificar os ganhos e perdas proporcionados por suas escolhas teóricas e metodológicas. São analisados os trabalhos de Arendt Lijphart, George Tsebelis, José Antônio Cheibub, Bert Rockman e Kent Weaver.

A análise parte do entendimento de que, *sempre que possível*, o trabalho dos cientistas políticos deve caracterizar-se por uma orientação nomológica, sistemática e generalizante. Isso não significa que isso seja sempre possível, mas que deve ser sempre buscado.

2 | OS DESAFIOS METODOLÓGICOS DA POLÍTICA COMPARADA.

A questão da causalidade

John Stuart Mill foi quem primeiro nos ensinou que para falar de causalidade três condições devem ser satisfeitas: (1) A causa deve preceder o efeito, (2) a causa e o efeito devem variar concomitantemente e (3) as causas concorrentes desse efeito devem ser eliminadas. Entretanto, como já sabíamos desde Hume, essa causalidade não pode ser diretamente observada, tampouco provada, mas apenas inferida a partir da observação da covariação entre dois fenômenos.

Uma vez que não podemos observar diretamente a ação de uma causa sobre um fenômeno e seu respectivo efeito, necessitamos construir modelos mentais que expliquem como a relação causal se dá, e esperar que a analogia entre o mecanismo causal que elaboramos em nossas mentes e aquilo que queremos explicar no mundo real seja adequada. Dessa forma, como bem lembrou Stinchcombe (1970) o papel de um cientista social é fundamentalmente o de “inventar explicações sociais”.

As explicações são sempre conjecturas e tem um caráter provisório, isso porque nunca é possível eliminar completamente todas as causas concorrentes, nem tampouco comprovar uma relação de causalidade. É nessa linha que Popper argumenta (1975, 1982), na visão que rapidamente se tornou a ortodoxia da epistemologia contemporânea, que nada pode ser *provado* cientificamente. Teorias e hipóteses podem escapar de tentativas de serem falseadas (ou falsificadas), mas não podem ser provadas em absoluto. A aceitação ou a robustez de uma teoria, portanto, é uma função do grau em que ela foi testada e não foi falsificada.

Esse é o ponto chave para a discussão aqui proposta: como construir teorias que sejam empiricamente testáveis e apresentem evidências para convencer os possíveis leitores de que essa é a melhor teoria provisória.

Experimentos e quase experimentos

Uma das formas mais eficazes para se por uma teoria a prova, ou mesmo obter dados para a elaboração de explicações causais, é a prática de experimentos. A realização de experimentos está ligada à idéia de isolar o fenômeno pesquisado de qualquer outra influência. Nesse tipo de procedimento, largamente utilizado em ciências físicas e naturais, introduz-se a suposta causa e verifica-se se o efeito esperado acontece, tudo isso ocorrendo em um ambiente controlado. A lógica da realização de

um experimento segue os seguintes passos:

- 1 Introdução da variável independente pelo pesquisador. A causa não ocorre naturalmente, sendo introduzida no momento decidido pelo pesquisador.
- 2.O controle da situação experimental, para evitar interferências de outros fenômenos além dos pesquisados. Em pesquisas físicas e naturais, isso é costumeiramente feito nas pesquisas de laboratório.
- 3.A designação aleatória das unidades de análise para os grupos experimental e de controle, a fim de garantir a equivalência de ambos.

Uma vez seguida essa cartilha, o pesquisador tem seu caminho bastante facilitado para construir uma explicação. Contudo, esse método é plausível para ser usado em ciências sociais e, em especial, em política comparada?

A resposta é não, pelo menos não da mesma maneira como ele é usado em outras ciências. Isto porque as pesquisas em ciências sociais tipicamente *violam todos* os três pressupostos acima.

Na maioria dos estudos nas ciências sociais e, mais ainda, no campo da política comparada, o pesquisador não pode controlar a introdução da variável independente. Isto é, não cabe ao cientista determinar que um país adote um determinado sistema político, mude seu sistema eleitoral ou entre numa guerra civil.

Outro fator característico das pesquisas em ciências sociais é que, em geral, o controle do contexto experimental e das variáveis intervenientes é muito pequeno, se não inexistente. Além disso, embora seja possível que, em alguns casos nas ciências sociais se faça a designação aleatória das unidades para os grupos experimental e de controle, isso é virtualmente impossível de ser feito em política comparada.

É diante desse quadro que Adam Przeworski (2007) argumenta que a analogia com experimentos é enganosa, e o ponto crucial para os autores dedicados à empreitada de se fazer política comparada é justamente como identificar uma relação causal na ausência de um experimento.

Segundo Przeworski, o problema do estabelecimento de relações de causalidade é que elas só podem ser feitas a partir de premissas assumidas sobre o *contrafactual*. Isso porque, embora possamos definir formalmente o efeito de um fenômeno X sobre outro Y como: a diferença entre Y se submetido a X e Y se não submetido a X, não podemos observar esse efeito no mundo real.

No mundo em que vivemos, ou bem X está intervindo sobre Y ou ele não está. Podemos observar o comportamento de Y dado que X aconteceu, mas só podemos especular (a partir de teorias ou mesmo de outras observações) sobre o *contrafactual*, isto é, podemos apenas fazer conjecturas sobre o que teria acontecido com Y caso X não tivesse ocorrido. Seria possível então uma fazer “ciência” e política comparada ao mesmo tempo? Qual a solução para esse problema?

Przeworski não dá uma “solução” propriamente dita, segundo o autor, podemos gerar resultados reproduzíveis através de procedimentos razoáveis, contudo, para identificar uma relação causal, precisamos partir de premissas não testáveis. Uma

saída é adotar diferentes premissas e esperar que os resultados não difiram. Quanto mais testada, mais robusta é a teoria.

A lógica do modelo de elaboração.

Uma das melhores e mais conhecidas maneiras de por a prova uma teoria é o uso do modelo de elaboração, ou algum modelo de lógica similar. Desenvolvido por Paul Lazarsfeld (1950), na Universidade de Columbia, esse modelo permite elaborar a relação empírica entre variáveis por meio da introdução de controles. Basicamente, o modelo de elaboração é usado para conferir inteligibilidade à relação entre duas variáveis através da introdução simultânea de variáveis adicionais. Ele foi desenvolvido primeiramente através do simples uso de tabelas de contingência, tendo posteriormente sido usado com técnicas estatísticas mais avançadas.

O grande atrativo desse método é que além de poderoso ele possui uma lógica bastante simples. Tendo sido observada a relação entre duas variáveis, busca-se entender a natureza dessa relação através dos efeitos produzidos por outras variáveis. Na prática, isso é feito primeiro dividindo a amostra em subconjuntos, com base na variável controle ou de teste, então a relação entre as duas variáveis originais é recomputada separadamente para cada sub-amostra.

Para ilustrar e explicitar a lógica da elaboração passo a passo, vejamos um exemplo hipotético:

1. O primeiro passo é observar uma relação empírica entre duas variáveis, no caso desempenho de uma amostra de 1000 alunos no vestibular e o desempenho desses mesmos alunos no primeiro ano da faculdade.

		Desempenho no vestibular		Total
		Nível A	Nível B	
Desempenho no primeiro ano da faculdade	Nível A	300 (60%)	200 (40%)	500
	Nível B	200 (40%)	300 (60%)	500
Total		500	500	

Se fizermos um teste estatístico veremos facilmente que existe uma dependência probabilística que indica uma associação estatística entre as duas variáveis. Sabemos então que 60% dos alunos que tiveram desempenho A no vestibular tiveram também desempenho A no primeiro ano de faculdade, enquanto apenas 40% dos alunos que tiveram desempenho B no vestibular tiveram desempenho A na faculdade. Sabemos então que as variáveis *desempenho no vestibular* e *desempenho na faculdade* variam conjuntamente, entretanto, ainda não sabemos a natureza da relação entre as variáveis.

2. O segundo passo é buscar entender a natureza dessa relação através do processo de manter constantes outras variáveis. Isso permite comparar a relação original entre desempenho no vestibular e no primeiro ano da faculdade e as relações parciais encontradas entre subconjuntos baseados

na variável de controle.

No nosso exemplo, vamos incluir a *variável desempenho no ensino médio* como controle, segundo nossos dados hipotéticos, 600 dos nossos 1000 alunos tiveram um desempenho nível A no ensino médio. Temos agora dois subconjuntos:

		Desempenho no vestibular		Total
		Nível A	Nível B	
Desempenho no primeiro ano da universidade	Nível A	180 (60%)	180 (60%)	360
	Nível B	120 (40%)	120 (40%)	240
Total		300	300	

Subconjunto dos alunos com desempenho nível A no ensino médio.

		Desempenho no vestibular		Total
		Nível A	Nível B	
Desempenho no primeiro ano da universidade	Nível A	120 (60%)	120 (60%)	240
	Nível B	80 (40%)	80 (40%)	160
Total		200	200	

Subconjunto dos alunos com desempenho nível B no ensino médio.

3. O terceiro passo é identificar se há ou não diferença entre as novas relações parciais e a relação original. Podemos ver que, uma vez que introduzimos a variável controle, a relação entre as variáveis originais desaparece nas parciais. Como no caso a variável controle é antecedente as outras duas variáveis, temos o exemplo clássico de correlação espúria.

Outras coisas poderiam ter acontecido: (1) a relação entre as variáveis originais poderia ter se mantido, caso em que teríamos a replicação da relação original. (2) Apenas uma das relações parciais poderia ser a mesma (ou mais forte) do que a relação original, nesse caso, teríamos especificado as condições nas quais a relação original seria válida. (3) Se a relação original desaparecesse nas parciais, mas ao invés de anteceder as variáveis originais, a variável controle intervém entre as duas, então descobrimos os meios pelos quais a relação original ocorre.

Vários modelos estatísticos multivariados utilizados atualmente seguem a mesma lógica do modelo de elaboração, eles buscam controlar, ou manter constantes, as variáveis supostamente relevantes para a explicação de determinado fenômeno (que são identificadas por uma teoria não estatística), para assim elaborar a “verdadeira” relação entre a variável explicativa e o fenômeno a ser explicado.

Acontece que em se tratando de política comparada, dificilmente podemos satisfazer as condições necessárias para utilizarmos esses testes estatísticos com propriedade. Isso porque (1) quase nunca se trabalha com uma amostra e sim com um

subconjunto escolhido de maneira não aleatória e, ademais, (2) dificilmente se trabalha com um número significativamente grande de casos para que se possa falar que os resultados tem significância estatística. Entretanto, isso não significa que a empreitada da política comparada é impossível, a próxima seção busca mostrará como alguns autores – a despeito das dificuldades iminentes – conseguiram resultados importantes nesse campo de estudo.

3 | ANALISANDO DEMOCRACIAS: MODELOS DE ANÁLISE INSTITUCIONAL COMPARADOS.

Em termos gerais, o problema central da análise da democracia está em saber (1) como as democracias surgem, (2) se mantêm e (3) conseguem equacionar o problema de conciliar democracia e eficiência. Nesta seção, abordaremos fundamentalmente os dois últimos problemas através da análise de cinco autores contemporâneos que trataram de analisar o desempenho institucional dos países democráticos.

Começemos pela última questão, que diz respeito fundamentalmente ao bom funcionamento da democracia. Fábio Wanderley Reis coloca o problema em termos adequados:

“o desiderato de eficiência supõe que os fins da ação do Estado tenham sido fixados com clareza e precisão de sorte que se possa indagar sobre os meios que podem ser utilizados para assegurar eficiência na realização de tais fins – e a concepção de Estado que tende a destacar-se aqui é a do estado como instrumento (e eventualmente como sujeito autônomo) do esforço de realização de fins dados. Ora, a democracia envolve antes, por definição, a problematização do processo de fixação dos fins do Estado, com o reconhecimento de que há fins diversos e as vezes divergentes ou mesmo conflitantes (em correspondência com a multiplicidade dos interesses de que são portadores os diferentes grupos e categorias da sociedade) e de que é preciso tratar de agregar os fins múltiplos, se possível compatibilizá-los por meio de negociações, definir prioridades com recurso a procedimentos que venham ser percebidos como legítimos etc. Em contraste com a concepção do Estado como instrumento, a concepção que se favorece quando se tem em vista a democracia como meta é a do Estado como arena em que os interesses diversos devem fazer-se adequadamente presentes” (Reis, 2000:352)

A complexidade da questão reside no fato de que para representar adequadamente os diversos interesses da sociedade o Estado pode ser obrigado a abdicar, em alguma medida, do ideal da eficiência, da mesma forma que em prol de uma ação mais efetiva, pode-se abrir mão de expressar os interesses de parte da sociedade.

Em *Do Institutions Matter*, os organizadores da obra, Weaver e Rockman (1993) abordam a questão através de três questionamentos principais:

1. Quais os efeitos dos diferentes arranjos institucionais para a eficiência governamental. Quais são as instituições que importam e como elas afetam o governo.
2. Se instituições políticas ajudam a produzir diferenças na produção de políticas, como estas diferenças se manifestam.

3. Como o conhecimento sobre conseqüências institucionais pode ser aplicado.

De fato, as duas primeiras perguntas constituem o núcleo do livro e é para elas que todo o desenho de pesquisa está voltado. Deste modo, a estratégia metodológica que o autor utiliza para responder essas duas perguntas será o objeto principal do presente texto.

Só para não passar despercebido, cabe mencionar que a terceira pergunta entra no livro menos como um objeto de investigação científica, e mais como uma reflexão sobre as possibilidades de aumento da eficácia governativa através da criação/modificação de instituições. Naturalmente, o uso de reformas institucionais para melhorar as capacidades governativas requer primeiro que se identifique como as instituições afetam as tais capacidades.

Voltando às duas primeiras questões, os autores apresentam um plano para respondê-las que consiste em avaliar as diferenças institucionais em três níveis:

- 1 Sistemas de governo. Os sistemas podem ser parlamentaristas ou presidencialistas.
2. Variações entre os sistemas parlamentaristas e presidencialistas. Nesse caso, as variações observadas são entre tipos de parlamento e governo, coesão da elite governamental, estabilidade da elite governamental, número de pontos de vetos, autonomia das elites e acesso dos grupos de interesse.
- 3 Outros fatores: Federalismo, revisão judicial, força e autonomia da burocracia, organização e regras de votação, bicameralismo, condições sociais e performance da oposição.

Partindo da hipótese de que as instituições políticas moldam o processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas, afetando as escolhas disponíveis e os resultados do processo de produção de políticas, os autores passam para a análise da “eficácia governamental” de diversos arranjos institucionais. Essa eficácia é avaliada com base em um grupo específico de tarefas e na capacidade de dar conta delas e, ao contrário do que o nome possa sugerir, não se refere apenas à atuação do Estado como instrumento (para voltar à distinção de Reis), mas também como arena. Os autores listam dez capacidades governativas com base nas quais medem a eficácia governamental, são elas: (1) set and maintain priorities; (2) target resources where they are most effective; (3) innovate when old policies have failed; (4) coordinate conflicting objectives into a coherent whole; (5) impose losses on powerful groups; (6) represent diffuse, unorganized interests in addition to concentrate, organized-ones; (7) effective implementation of policies; (8) polity stability; (9) make and maintain international commitments; (10) manage political cleavages.

A idéia principal é fugir da comparação – que os autores consideram simplista,

mas não negam que tenha algum valor – entre sistemas parlamentaristas e presidencialistas, para construir uma análise mais complexa, envolvendo uma variedade maior de traços institucionais e até mesmo de condições sociais. Para tanto, a estratégia metodológica adotada por Weaver e Rockman consiste em analisar uma série de estudos de caso em áreas específicas, procurando identificar o impacto das instituições governamentais nos resultados políticos. Os autores consideram que “os estudos de caso provêm uma riqueza de detalhes que permite uma nuançada avaliação da efetividade governamental” (1993: 40, tradução minha).

Através dessa estratégia de pesquisa Weaver e Rockman conseguem mostrar que as instituições afetam as capacidades governativas, mas que isso se dá de maneira complexa. Segundo os autores, efeito das instituições é contingente. Isto é, arranjos institucionais específicos são insuficientes para garantir sozinho determinada capacidade governamental. O que as instituições fazem é criar oportunidades para que surjam (ou sem mantenham) “capacidades fortes”, mas tais capacidades ainda dependem da existência de condições favoráveis.

Outro ponto importante é que nem parlamentarismo nem presidencialismo dão conta de explicar sozinho as capacidades governativas, isso fica claro quando se percebe a variação dessas capacidades dentro dos países parlamentaristas. Ademais, os autores ainda apresentam evidências persuasivas de que as capacidades governamentais podem variar entre diferentes áreas dentro do mesmo sistema político e que pode haver um *trade-off* direto entre algumas capacidades governativas.

Dito isso, passemos aos problemas principais da análise. Talvez o ponto mais evidente seja que os autores selecionam casos de vários países parlamentaristas e apenas um presidencialista, os Estados Unidos. Isso impede que os autores investiguem qualquer diferença entre países presidencialistas e fragiliza muito as conclusões sobre diferenças entre parlamentarismo e presidencialismo. Cabe lembrar que embora Weaver e Rockman salientem que há outros fatores importantes além da separação ou fusão de poderes, eles reconhecem a importância dessa distinção.

Outro problema central (e provavelmente o maior problema do trabalho dos autores) é que eles pretendem, com base em seus estudos de caso, fazer uma generalização dos efeitos do grau de dispersão e concentração de poder sobre todas as capacidades governativas. Se quisermos relacionar – a partir do trabalho de Weaver e Rockman – as capacidades governativas com a questão da democracia e da eficiência, podemos dizer que a concentração de poder favorece aquelas capacidades ligadas à eficiência (policy innovation, priority setting, policy implementation, etc), enquanto a dispersão de poder favorece as capacidades relacionadas à democracia (representing diffuse interests, cleavage management).

Acontece que cada capacidade governativa foi estudada com base em um número muito pequeno de casos para que se possa dizer que as diferenças encontradas nas capacidades daqueles países se devam às diferenças institucionais encontradas e que, portanto, em condições institucionais semelhantes elas devem repetir-se.

Para exemplificar, vejamos a análise da capacidade de representar interesses difusos, feita no capítulo escrito por David Vogel. Baseando-se apenas na comparação entre Estados Unidos, Japão e Grã-bretanha, o autor conclui – entre outras coisas – que os sistemas presidencialistas tendem a ser melhores que os parlamentaristas na tarefa de representar interesses difusos. Ora, se o estudo de pouco casos pode ser útil para que se possa afirmar com alguma segurança a razão da diferença entre uma capacidade governativa entre poucos países, ele certamente oferece pouca segurança para que se possa generalizar o resultado encontrado.

Um trabalho que não padece desse mal é o de Lijphart (2003), cujo título da versão traduzida para o português é “Modelos de Democracia”, vale aqui uma ressalva quanto a essa tradução para nos ajudar a esclarecer os objetivos da obra.

O título original do trabalho de Lijphart é “Patterns of Democracy” e, aparentemente, a tradução literal (padrões de democracia) seria mais adequada. Isso porque a empreitada do autor é mais bem caracterizada como uma investigação empírica em busca de padrões institucionais observáveis nas 36 democracias estudadas, do que como uma tentativa de propor e discutir modelos teóricos de democracia. Isso não significa dizer que Lijphart não proponha modelos na obra. Ele de fato o faz, apresentando o modelo majoritário e o consensual, que podem ser inclusive entendidos como tipos ideais. Todavia, parece claro que a proposição desses modelos não ocupa o lugar central de *Patterns of Democracy*, ao contrário, o grande esforço está em dissecar minuciosamente as principais regras institucionais que afetam a distribuição nas democracias pesquisadas. Esse ponto fica claro se tomamos a definição de modelo como “um conjunto de proposições de que é possível deduzir de maneira mecânica um conjunto de conseqüências diretamente ligadas ao fenômeno estudado” (Boudon e Bourricaud, 1993:354).

Lijphart desenvolve uma comparação sistemática entre 36 países, com populações mínimas de 250 mil habitantes, que eram democráticos em 1996, e que haviam sido democráticos continuamente pelo menos desde 1977, logicamente, estes países variavam consideravelmente tanto no que diz respeito ao tempo de duração das democracias quanto em relação ao tamanho da população. Além disso, para além das variações entre as características institucionais dos países pesquisados, variavam também as características sociais e econômicas, mais precisamente, em relação ao grau de divisão da sociedade (seja por religião, etnia ou linguagem) e ao nível de desenvolvimento econômico e social.

O autor consegue classificar as 36 democracias pesquisadas em escalas que apresentam em uma extremidade, o majoritarismo e em outra o consensualismo. Ele divide as dez características principais que diferenciariam os modelos majoritário e consensual em duas dimensões.

A tabela abaixo formula as distinções do autor em termos de contrastes dicotômicos, cada linha representa uma das variáveis que diferencia os dois modelos. As variáveis são melhor compreendidas como contínuas de modo que os modelos

puros majoritário e consensual representam os pólos de cada eixo.

	Modelo Majoritário	Modelo Consensual
Dimensão executivo-partidos	Concentração do Poder Executivo em gabinetes monopartidários de maioria	Distribuição do Poder Executivo em amplas coalizões multipartidárias
	Relações entre Executivo e Legislativo em que o Executivo é dominante	Relações equilibradas entre ambos os poderes
	Sistemas bipartidários	Sistemas multipartidários
	Sistemas eleitorais majoritários e desproporcionais	Representação proporcional
	Sistemas de grupos de interesse pluralistas, com livre concorrência entre grupos	Sistemas coordenados e corporativistas visando ao compromisso e à concertação
Dimensão federal-unitária	Governo unitário e centralizado	Governo federal e descentralizado
	Concentração do Poder Legislativo numa legislatura unicameral	Divisão do Poder Legislativo entre duas casas igualmente fortes, mas diferentemente constituídas
	Constituições flexíveis, que podem ser emendadas por simples majorias	Constituições rígidas, que só podem ser modificadas por majorias extraordinárias
	Sistemas em que as legislaturas tem a palavra final sobre a constitucionalidade da legislação	Sistemas nos quais as leis estão sujeitas a revisão judicial na sua constitucionalidade, por uma corte suprema
	Bancos centrais dependentes	Bancos centrais independentes

Uma vez classificados os países de acordo com essas variáveis, o autor utiliza a técnica de análise fatorial para mostrar como as variáveis dentro de cada dimensão estão fortemente relacionadas entre si e fragilmente relacionadas com as do outro grupo. Isso lhe dá suporte para construir um mapa bidimensional da democracia que permite resumir com precisão onde se situam (entre a democracia os tipos puros de democracia majoritária e consensual) cada um dos 36 países.

A contribuição descritiva da obra de Lijphart é inegável e de grande valia, mas o autor se propõe a fazer um pouco mais do que isso, e parte a investigar as relações entre o tipo de democracia e a efetividade e a representatividade do governo.

O autor avalia a efetividade do governo com base em índices de desempenho macroeconômico e controle da violência, ele conclui, na contramão de vários estudiosos que o precederam (inclusive Weaver e Rockman) que as democracias de consenso não são inferiores às democracias majoritárias. Já no que diz respeito à representatividade, Lijphart aponta para uma clara superioridade por parte das

democracias consensuais que, segundo o autor, respondem melhor aos anseios dos cidadãos e oferecem melhores canais de participação.

Em alguns momentos, a obra parece prestes a se tornar uma defesa apaixonada das virtudes das democracias consensuais, no entanto, isso não acontece. Toda a argumentação é bem fundamentada em uma análise metódica de uma extensa base de dados, cujo tamanho é tão grande que permite ao autor usar – com razoável propriedade – de métodos estatísticos para testar a significância das relações encontradas. Além disso, mesmo que fosse impossível falar em significância, ou em validade das hipóteses para além dos países diretamente pesquisados, a simples validação interna do estudo já seria de grande valor, dado que ele já contempla nada menos que 36 democracias do mundo.

Dito isso, cabe salientar que o ponto forte do livro está muito mais na capacidade de resumir a variedade de regras e instituições em um padrão bidimensional nítido, baseado nos governos majoritário e de consenso, do que propriamente em explicar as diferenças resultantes desses dois tipos de governo sobre a efetividade e a representatividade. Evidência disso, é que falta em Lijphart uma teoria explicativa para seu grande achado (aquele que vai contra a maioria da literatura) sobre os efeitos do governo consensual sobre a eficiência.

Bem, mas até agora nada foi dito sobre a questão da estabilidade democrática. Weaver, Rockman e Lijphart não tratam esse tema diretamente em suas obras, até mesmo porque, seus desenhos de pesquisa não permitiriam: Lijphart trabalhou apenas com democracias que permaneciam estáveis há pelo menos 20 anos e Weaver e Rockman também não estudaram nenhum caso de democracia que ruiu. Contudo, nosso próximo autor, George Tsebelis, trata diretamente do tema em *Veto Players* (2002).

Nessa obra, Tsebelis busca construir um modelo formal para a análise institucional. O autor não se preocupa apenas com o efeito específico de cada instituição, mas de um arranjo institucional tomado como um todo. Segundo ele os analistas costumam comparar países que se diferenciam em muitas características, porém na ausência de um modelo teórico fica difícil dizer quais diferenças tem precedência causal sobre as demais.

O objetivo do autor é proporcionar um modelo analítico coerente para a realização de comparações entre regimes, legislaturas, sistemas partidários e ainda outras variáveis do sistema político. Para tanto, o autor compara o efeito de todas as instituições sobre uma única variável dependente: *A capacidade de mudar políticas públicas*. A ausência da variável dependente é denominada estabilidade das políticas públicas.

Segundo Tsebelis, a literatura usualmente examina diversas variáveis do sistema político como pares dicotômicos, deixando de lado os efeitos das combinações e híbridos. A partir da aplicação de seu modelo teórico, Tsebelis conclui (entre outras coisas) que a lógica do processo decisório nos sistemas presidencialistas é muito

similar à lógica do processo decisório nos sistemas parlamentaristas pluripartidários, isso porque, ambos apresentam o mesmo número de veto players.

Um veto player é um ator cuja concordância é necessária para que se tome uma decisão política. A estabilidade das políticas aumenta com (1) o número de veto players envolvidos; (2) com sua incongruência, (divergência de opiniões políticas) e (3) com a coesão interna de cada um deles.

Para Tsebelis, a estabilidade das políticas é a fonte da instabilidade do governo. O motivo: é que estabilidade leva a incapacidade para se mudar o *status quo*, mesmo quando essas mudanças são desejáveis ou necessárias. Em outras palavras, um governo que tenha políticas estáveis pode se tornar imobilizado e se outros atores sociais e políticos exigirem mudanças, ele pode vir a ser substituído por mecanismos constitucionais (no parlamentarismo) ou extraconstitucionais (no presidencialismo).

Assim, a análise de Tsebelis demonstra um forte viés a favor da concentração de poder, uma vez que, segundo o enquadramento analítico do autor, a dispersão dos pontos de veto leva a estabilidade das políticas que, por sua vez, pode levar à instabilidade dos governos. Nessa perspectiva, o presidencialismo, além de ser uma fonte de dispersão de poder, é também uma fonte de instabilidade do regime (não apenas do governo), pois nesse sistema não é possível remover o governo por mecanismos constitucionais (exceto na data das eleições).

Tsebelis tem o mérito de ter construído um modelo elegante e parcimonioso que pode ser usado para analisar o impacto de determinados arranjos institucionais sobre a efetividade dos governos. Esse modelo tem duas vantagens importantes: A primeira é que ele permite a comparação entre *quaisquer* sistemas políticos, e a segunda é que ele possibilita que façamos diagnósticos e *previsões*, acerca da capacidade governativa de diferentes países, com base na análise de suas características institucionais. Todavia, alguns problemas precisam ser salientados.

Primeiramente, Tsebelis ignora totalmente aquilo que definimos anteriormente como o problema da democracia. O autor parece apenas se preocupar com o papel do Estado como instrumento eficiente para a consecução de determinados fins, deixando de lado a questão fundamental de *quais fins* são esses. Isso poderia ser aceitável, caso o autor admitisse que sua intenção fosse justamente essa, contudo, o autor pretende tocar ainda no tema da estabilidade dos governos e regimes democráticos. Ora, não se pode esquecer que o problema da estabilidade nos regimes democráticos está fortemente vinculado à questão da democracia. Tsebelis afirma que a instabilidade emerge quando atores sociais e políticos querem mudanças e o governo não *consegue* realizá-las, mas nem cogita a hipótese de que governos pouco representativos, diante de fortes demandas de outros atores políticos ou sociais, podem simplesmente *não querer* realizá-las, gerando instabilidade.

Por fim, cabe dizer que Tsebelis não leva em conta nenhuma variável que não seja propriamente institucional, fato que impõe algumas limitações à sua análise. Além disso, suas principais conclusões acerca da estabilidade dos regimes democráticos

são *deduzidas* a partir de seu modelo de análise institucional, mas não são postas à prova por qualquer investigação empírica.

Trabalhando com uma metodologia diferente, nosso último autor, Jose Antônio Cheibub (2007), chega a resultados distintos daqueles previstos por Tsebelis. Em *Presidentialism, Parlamentarismo and Democracy*, Cheibub argumenta que, embora as democracias presidencialistas, existentes ao longo da história, tenham se revelado menos estáveis do que as suas “irmãs” parlamentaristas, essa diferença não se deve às características intrínsecas ao presidencialismo.

A explicação passa por variáveis que vão além do plano das instituições propriamente dito. Na busca pela explicação de sua pergunta principal, o autor busca investigar a influência de variáveis como o nível de desempenho econômico, tamanho do país, localização geográfica e legado militar, sobre as chances de sobrevivência da democracia. Isso não significa dizer que as variáveis institucionais sejam deixadas em segundo plano na análise, ao contrário, o autor dialoga com extensa literatura que faz referências às variáveis institucionais, buscando contestar seus argumentos para, digamos, “eliminar as explicações concorrentes”. Essa última empreitada inclui (entre outras coisas) avaliar o efeito da forma de governo sobre a formação de coalizões e sobre a disciplina partidária.

Voltando ao argumento central, Cheibub afirma o que sistema presidencialista foi tipicamente adotado em países nos quais *qualquer forma de governo* teria alta chance de perecer. Segundo o autor, a variável explicativa chave para a instabilidade das democracias é a presença de um “legado militar” definido operacionalmente como “if the dictatorship preceding the current democracy was headed by a professional military” (2007: 140). A lógica do argumento é que as democracias que foram precedidas por regimes militares são mais instáveis do que aquelas que foram precedidas por ditaduras civis, e os países que possuem um legado militar adotam mais frequentemente o sistema presidencialista do que o parlamentarista.

O autor chega a essa conclusão a partir da análise de um banco de dados que cobre todas as democracias existentes de 1946 a 2002, Cheibub consegue mostrar que, mantidas constantes as variáveis relacionadas ao desempenho econômico (crescimento e renda per capita), tamanho da população, tipo de regime (presidencialista ou não) e localização geográfica (América Latina ou não), o legado militar apresenta, de longe, o maior poder explicativo em relação à instabilidade da democracia.

Nenhuma ressalva deve ser feita ao grande achado de Cheibub, qual seja, a descoberta do legado militar como a principal causa da instabilidade democrática. Contudo, é preciso dizer que o autor apresenta grande dificuldade em explicar o mecanismo pelo qual essa relação de causalidade opera.

Talvez mais surpreendente do que a descoberta de Cheibub seja a explicação que ele dá para a relação entre intervenções militares e presidencialismo, seu argumento se baseia em uma coincidência histórica:

"It is the coincidence of repeated military intervention in countries that had adopted presidential institutions that explains the pattern of unstable presidential democracies... it simply reflects the fact that military dictatorships appeared, remained, and/or recurred – in other words endured – in countries that had adopted in presidential institutions." (Cheibub, 2007:153 e 154)

É difícil considerar isso uma explicação e muito menos uma teoria propriamente dita. Teorias são construídas para conferir inteligibilidade ao mundo e permitir os indivíduos possam entendê-lo e, eventualmente, intervir sobre ele. Definitivamente, a solução explicativa de Cheibub não nos ajuda a fazer nem uma coisa nem outra.

Ademais, a solução de Cheibub contradiz um dos fundamentos principais em que o autor baseia sua análise, isto é, as teorias de probabilidade e estatística. O autor utiliza diversos testes de correlação e significância em sua análise, contudo o grande interesse que pode resultar desses testes é de que os padrões encontrados neles *não se devem à simples coincidência*, isto é, relações de dependência e significação estatística indicam a necessidade de explicações teóricas sobre a relação entre as variáveis. A contradição de Cheibub ilustra bem como a falta de atenção às implicações teóricas das escolhas metodológicas pode levar o pesquisador a uma situação indesejada.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo pretendeu discutir algumas questões salientes, do ponto de vista teórico-metodológico, à análise de política comparada. Embora o foco tenha sido sobre as escolhas metodológicas de cada autor, buscou-se também apresentar o debate propriamente teórico, sem o qual discussão metodológica se tornaria vazia.

De maneira geral, todos os autores, a despeito de eventuais limitações de suas análises, apresentam contribuições importantes para o campo dos estudos comparados. Boa parte das limitações de seus estudos decorrem de escolhas metodológicas e os erros, propriamente ditos, decorrem do não reconhecimento dessas limitações, o que leva os autores a expandir suas conclusões para além do que suas bases teóricas e metodológicas permitem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUDON, Raymond & BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo, Editora Ática, 1999.

CAMPBELL, Donald & STANLEY, Julian. **Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa**. São Paulo: E.P.U.: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

CHEIBUB, José Antônio. **Presidentialism, Parliamentarism and Democracy**. Cambridge University Press, 2003.

KING, Gary; KEOHANE, Robert & VERBA, Sidney. **Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research**. Princeton, Princeton University Press, 1994.

LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia**. Civilização Brasileira, 2003.

POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo, Cultrix, 1975.

POPPER, Karl. **Conjecturas e Refutações**. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.

REIS, Fábio Wanderley. **O tabelão e a lupa: teoria, método generalizante e idiografia no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Nº 16, 1991.

REIS, Fábio Wanderley. **Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira**. São Paulo, Edusp, 2000.

PRZEWORSKI, Adam. **Is the Science of Comparative Politics Possible?** In Carles Boix and Susan C. Stokes (eds.), Oxford Handbook of Comparative Politics. New York: Oxford University Press, 2007.

STINCHCOMBE, Arthur. **La construcción de teorías sociales**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1970.

TSEBELIS, George. **Processo Decisório em Sistemas Políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo**. RBCS, 12 (34), 1997.

TSEBELIS, George. **Veto Players: how political institutions work**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 2002.

WEAVER, Kent & ROCKMAN, Bert. **Do Institutions Matter? Government Capabilities in the United States and Abroad**. Washington: The Brookings Institution, 1993.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-023-0

